CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3229.3101

O POPULAR 30/01

Estado segue apostando no socorro do governo federal

CRISE FISCAL Apesar de sinalização contrária do secretário do Tesouro Nacional, titular da Economia, Cristiane Schmidt, diz que ainda aguardará o desenrolar das conversas com o ministro Paulo Guedes

Fabiana Pulcinelli
fabiana.pulcinelli@opopular.com.br

O governo de Goiás ainda espera algum tipo de socorro federal para as dificuldades financeiras, mesmo com as declarações do secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, descartando a flexibilização das regras para adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). A secretária estadual da Economia, Cristiane Schmidt, afirma que ainda aguardará o desenrolar das conversas com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

"Quem falou que ia ajudar foi o Paulo Guedes. Então acho que a gente tem de esperar um pouco. Certamente a situação dos Estados não é a prioridade número 1 do Paulo. Ele tem uma agenda tumultuada com a reforma da Previdência e a reforma administrativa que está fazendo. Mas acho que ele vai olhar com carinho as possibilidades", afirma a secretária.

Cristiane garante que o governo não está "parado" apenas à espera da ajuda federal. "Eu não estou sentada só esperando ajuda. Ajuste a gente vai fazer, não tenha dúvida. Mas sem o socorro federal, o ajuste vai ser mais duro e duradouro."

Entre as medidas "em estudo" pela Secretaria de Economia, estão possíveis mudanças na Previdência, independentemente das mudanças em nível nacional, e a renegociação de dívidas com bancos. Segundo a secretária, 50% da dívida consolidada do Estado, de cerca de R$ 20 bilhões, é com a União, outros 25% com a Caixa Econômica Federal, e o restante com Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). "Eu estarei com todos os bancos para tentar negociar. Estamos trabalhando nos problemas estruturais."

Dionísio Gomes



Secretária da Economia, Cristiane Schmidt: sem o socorro federal, o ajuste vai ser mais duro e duradouro

> *"Quem falou que ia ajudar foi o Paulo Guedes. Certamente a situação dos Estados não é a prioridade número 1. Mas acho que ele vai olhar com carinho"*
>
> **Cristiane Schmidt, secretária da Economia**

Cristiane afirma que também estão sendo avaliadas providências para aumentar a receita, mas ela preferiu não detalhar possíveis medidas. Diz que o anúncio será feito após estudos e a decisão final.

Após a regularização da folha de pagamento do funcionalismo, ela diz que também vai se debruçar sobre outras medidas para garantir mais recursos, como venda de ativos, concessões, e redução de gastos com aluguel de imóveis.

Em entrevista coletiva na segunda-feira, para apresentar dados sobre a dívida da União, Mansueto Almeida negou a possibilidade de mudanças nas exigências de adesão ao RRF: "Sendo bem objetivo, não (haverá flexibilização)".

Ele afirmou que os próprios Estados que não se adequam às regras para o RRF devem adotar medidas de ajustes, como o caso de Goiás. O Estado não atende a um dos três pré-requisitos exigidos no regime, que é da dívida consolidada ser superior à receita corrente líquida anual.

Ontem, Mansueto sinalizou para uma alternativa e ajuda aos Estados: a flexibilização das regras do acordo de renegociação de dívidas. Isso evitaria que pelo menos dez Estados sejam excluídos do programa, por terem estourado o teto de gastos. O governo aumentaria o prazo para os Estados que não conseguiram cumprir a contrapartida. A ajuda, no entanto, seria definida no segundo semestre do ano.

FOLHA

A secretária da Economia admitiu a possibilidade de pagar a folha da Educação antes do cronograma proposto para começar em março. "A única rubrica que talvez possa adiantar é onde tem repasse constitucional. Mas mesmo assim não é suficiente. Estamos fazendo essa avaliação até porque é um dinheiro que não posso usar além disso. Agora, o resto continua na programação. Eu não mudei a opinião desde o início. Não é uma questão de negociar, é falar de algo concreto."

Cristiane admitiu que se afastou das negociações com os representantes de sindicatos para deixar a responsabilidade com o secretário de Governo, Ernesto Roller (MDB). "Ele é o secretário de Governo, é muito experiente em poder dialogar com os sindicatos, tem uma facilidade muito grande, é brilhante, inteligentíssimo, já foi deputado, prefeito, secretário. Ele é a pessoa mais correta para ter essas conversas. Comigo era uma frustração muito grande porque vou no ponto. Não tem voltas comigo. Não adianta eu ficar na negociação."

Reforma vai gerar economia de R$ 10,7 mil por mês

A primeira etapa da reforma administrativa do Estado de Goiás vai proporcionar economia de apenas R$ 129 mil por ano, e não R$ 1,2 milhão como havia sido anunciado pelo governo. Segundo informações da Secretaria de Gestão e Planejamento (Segplan), houve correções em tabela com todos os cargos da estrutura básica (superintendências e secretarias) e a redução será de apenas R$ 10,7 mil por mês.

O quadro com 16 secretarias e novos cargos representará aumento de R$ 412 mil mensais, na comparação com a estrutura administrativa anterior. O governo alega que três medidas "compensatórias" vão garantir economia de R$ 422 mil por mês. O saldo seria, portanto, de R$ 10 mil a menos.

As três medidas são cortes de 39 cargos de diretor e 47 secretários de unidade escolar, contingenciamento de funções comissionadas em 20% e extinção de dez cargos de supervisor de ações programáticas.

"A intenção dessa primeira etapa da reforma não era ter economia, mas apenas serar, empatar. É com a segunda etapa que vamos garantir a redução para valer, com corte de 20% nos gastos", afirma o secretário de Gestão e Planejamento, Pedro Henrique Sales.

> *"A intenção dessa primeira etapa da reforma não era ter economia. É com a segunda etapa que vamos garantir a redução, com corte de 20% nos gastos"*
>
> **Pedro Henrique Sales, secretário de Planejamento**

Durante a tramitação do projeto da reforma na Assembleia Legislativa, o secretário da Casa Civil, Anderson Máximo, e o líder do Governo no Legislativo, Bruno Peixoto (MDB), repetiam a previsão de economia de R$ 5 milhões nos quatro anos de governo.

Integrantes da oposição na Assembleia contestaram os números e apontavam aumento de gastos em vez de redução. A reforma foi aprovada em segunda votação na segunda-feira.

A segunda etapa da reforma administrativa, que terá a nova definição da estrutura completa, incluindo administração indireta (autarquias e estatais), e cargos de terceiro escalão e assessoramento, e quantidade de comissionados, está prevista para ser concluída em março, quando será encaminhada à Assembleia Legislativa.

O grupo de trabalho responsável pelos estudos tem nove integrantes da Secretaria de Gestão e Planejamento (Segplan), Casa Civil e Procuradoria Geral do Estado, sob o comando de Pedro.

O POPULAR 30/01

21 municípios aderem a convênio para manutenção de vias

GOINFRA Outras cidades buscam pasta para formalizar acordo. Pelo menos 30 apresentaram interesse na parceria

Cristiane Lima
cristiane.lima@opopular.com.br

Vinte e uma cidades aderiram ao convênio com a Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), antiga Agetop, para manutenção das rodovias estaduais até ontem. Em algumas cidades, os reparos já foram realizados e, em outras, os serviços começam nos próximos dias. O buraco que estampou a capa do POPULAR na última sexta-feira (25), na GO-330, entre Catalão e Ipameri, já foi tapado, mas a via ainda deverá receber mais atenção nos próximos dias porque a situação ainda é crítica.

Até o final da semana passada, apesar do interesse de alguns municípios em aderir à proposta, apenas duas cidades haviam formalizado a cooperação. Esta semana, o número vem aumentado e os diretores da agência de infraestrutura esperam uma participação ainda maior. Pelo menos 30 gestores municipais haviam sinalizado interesse na participação. O entrave, no entanto, é financeiro. O presidente da Associação Goiana dos Municípios (AGM), Paulo Sérgio de Resende, explicou que muitas cidades estão com dificuldades de caixa.

No termo de cooperação, as cidades se responsabilizam pelo material e pela mão de obra e a Goinfra fornece o acompanhamento técnico. As cidades de Jataí e Rio Verde, no Sudoeste goiano, iniciaram a operação tapa-buracos há cerca de duas semanas. Nestas cidades, muitas rodovias já foram reparadas e já permitem o escoamento da produção com maior tranquilidade.

"Este era um problema que nos preocupava. Na região pavimentada, fizemos a operação (tapa-buracos) e estamos acompanhando para ver a necessidade de novos serviços para não prejudicar o produtor e a população", destaca o secretário de infraestrutura urbana de Rio Verde, Tayrone César Furquim. A operação nas vias não pavimentadas começa nos próximos dias.

Em Catalão, o convênio prevê a manutenção da GO-330, que liga o município a Ipameri. O secretário de infraestrutura e transportes da cidade, Luis Severo diz que a situação de toda a rodovia está bastante complicada. "Posso afirmar que não estamos fazendo o trabalho mais adequado. Tecnicamente, esta rodovia precisaria de ser reconstruída a partir da base. O serviço que conseguimos executar é o tapa-buracos, que amenza o problema, mas não resolve. Fazemos isto para criar trafegabilidade e para evitar acidentes que podem ceifar vidas", diz.

O secretário de Catalão acrescenta que é necessário tapar os buracos porque esta é a principal ligação do município com outras cidades da região, além de ser a via utilizada para receber o fluxo vindo de Minas Gerais. "Além do ponto mostrado na capa do jornal, que já foi tapado, temos outros cinco pontos críticos, com buracos maiores e que causam maior preocupação para a Polícia Rodoviária Estadual que estão recebendo atenção esta semana. Só depois disso é que vamos passar fazendo o tapa-buracos nas áreas menos afetadas do asfalto", detalha Severo.

Ele explica que a GO-330 tem 30 anos e vem recebendo pouca atenção e serviços de manutenção ao longo dos anos. Além disso, o alto número de veículos de carga que usam a via também colabora para sua deterioração. "Se não fizermos isso, o escoamento da produção fica prejudicado, assim como o direito de pessoas chegarem à nossa cidade", diz.

FORMALIZAÇÃO

Em algumas cidades, a cooperação entre a Goinfra e os municípios já existe e ele foi apenas formalizado, como é o caso de Goiatuba. O prefeito Carlos Alberto Andrade (PSDB). "Nós já fazemos esta parceria com a agência para a manutenção da rodovia entre Goiatuba e Santa Bárbara, especialmente por ser rota do transporte escolar", diz. No último dia 10, o governador Ronaldo Caiado (DEM) lançou o Termo de Cooperação Técnica entre o governo de Goiás e municípios do Estado.

Responsabilidade compartilhada

Cidades que já aderiram ao acordo junto à Agetop para cuidado com rodovias em Goiás

1) Rio Verde
2) Jataí
3) Gameleira de Goiás
4) Goiania
5) Cabeceiras
6) Silvânia
7) Catalão
8) Mambaí
9) São Domingos
10) Nerópolis
11) São Luis dos Montes Belos
12) Santa Bárbara de Goiás
13) Santa Rita do Novo Destino
14) Palmeiras
15) Bela Vista de Goiás
16) Aurilândia
17) Cachoeira de Goiás
18) Jaraguá
19) Ouro Verde de Goiás
20) Iaciara
21) Alto Paraíso de Goiás

Fonte: Goinfra
Dados atualizados às 17 horas de 29/01/2019

DIÁRIO DA MANHÃ 30/01

TCE solicita informações sobre o programa Goiás na Frente

- O conselheiro do Tribunal de Contas do Estado Sebastião Tejota, relator dos processos da Secretaria de Governo para o biênio 2019/2020, encaminhou ofício ao titular da pasta, Ernesto Roller, solicitando informações sobre vigência dos convênios, cronograma físico-financeiro das obras, prestação de contas apresentadas (parciais e totais) e eventuais omissões em apresentá-las.
- Os dados são relativos aos convênios firmados entre os municípios e o Goiás na Frente, programa de investimentos do governo estadual criado em 2018. O ofício tem data de 28 de janeiro.
- A análise desses dados poderá desencadear ações de fiscalização do TCE (como inspeções e auditorias) e até mesmo, caso seja confirmado prejuízo aos cofres públicos, determinação para instauração de tomada de contas especial – medida que visa quantificar danos e apontar os responsáveis.
- Tejota destaca, porém, que é prematuro dizer que tipo de ação será tomada antes da avaliação das prestações de contas. "A tomada de contas especial é uma medida de exceção, que só é determinada caso se comprove dano ao erário".
- O conselheiro, que assumiu neste ano a relatoria da Segov, explica que o documento encaminhado ao jurisdicionado tem a intenção de alertar ao Estado e aos prefeitos que assinaram convênios com o Goiás na Frente para a importância da prestação de contas tempestiva.
- De acordo com informações do portal da Segov, foram assinados 282 convênios com 206 municípios no valor total de R$ 344.605.816,94. Deste total, R$ 119.254.088,81 já teriam sido pagos.



Fio Direto

SUELY ARANTES

Alô, Agetop!

Reformada há mais de um ano, a estrada que liga São Miguel do Passa Quatro a Vianópolis até hoje não foi sinalizada. O trecho, de 40 quilômetros, tem um grande fluxo de veículos, que vem de Brasília em direção a Caldas Novas. O risco de acidentes fica maior por se tratar de uma via de mão dupla.